



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA

Ofício Nº 069 /2017

Pires Ferreira, 10 de novembro de 2017

Vimos, através deste, com respeito de estilo, à presença de V. Exa., em cumprimento aos dispositivos contidos no ART. 9º da IN nº 01/2007 e Artigo 4º da IN 02/2008 desse Egrégio Tribunal de Contas, e com esteio no que estabelece o Art. 35, inciso I do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/88, **ENCAMINHAR a LEI que instituiu o PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO DE 2018 - 2021 DO MUNICÍPIO DE PIRES FERREIRA, (cópia em mídia eletrônica)**, aprovado pela Câmara Municipal e sancionada pelo Poder Executivo sob o Nº 375 /2017, de 19 de outubro de 2017.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição dessa Colenda Corte de Contas para informações adicionais, aproveitando o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Pires Ferreira, 19 de outubro de 2017.


MARIA MARFISA MARQUES AGUIAR
Prefeita Municipal

Excelentíssimo Senhor
Dr. Edilberto Carlos Pontes Lima
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará
Fortaleza/CE



Lei Nº 375, de 19 de Outubro de 2017.

**Institui o Plano Plurianual do
Município de Pires Ferreira para o
quadriênio 2018-2021.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Pires Ferreira aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual – PPA que, em cumprimento ao Artigo 165 § 1º da Constituição Federal e ao Artigo 203 da Constituição Estadual, bem como a Lei Orgânica do Município, estabelecem os programas com as respectivas ações e o montante de recursos a serem aplicados pela Administração Pública Municipal, para o quadriênio 2018-2021, abrangendo os programas de expansão e de manutenção das ações de governo.

Art. 2º O Planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2018-2021 é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica de ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O PPA 2018-2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de programas, classificados como Temáticos(Finalístico) e de Gestão, manutenção e serviços ao município, assim definidos.

I – Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços a sociedade.

II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e a manutenção da atuação governamental.

Art. 5º Os programas constantes do PPA 2018-2021 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais a nas leis que as modificarem.

Parágrafo Único – As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente ma leis orçamentárias anuais.



Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão propostas pelo Poder Executivo, por meio de Projeto de Lei específico para a revisão anual ou de revisões específicas do Plano Plurianual.

§1º Na inclusão de programas deverão ser indicados os recursos que o financiarão.

§2º Os procedimentos orçamentários anuais, consubstanciados na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentaria Anual, constituirão reavaliações automáticas do Plano Plurianual, respeitada a legislação vigente.

Art. 7º Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2018-2021, serão orientados para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

Art. 8º A gestão do PPA 2018-2021 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento.

I – dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II – dos critérios de regionalização das políticas públicas;

Art. 9º O Monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 10º A avaliação do PPA 2018-2021 consiste na análise das políticas públicas e dos programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 11º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA, aos 19 de outubro de 2017.


MARIA MARFISA MARQUES AGUIAR
Prefeita Municipal

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos Arts. 28, inciso X da Constituição do Estado do Ceará, VEM, através deste, tempestivamente, publicar a **LEI Nº 375 /2017, de 19 de outubro 2017, que trata do PLANO PLURIANUAL – PPA, para o quadriênio 2018 – 2021** no Flanelógrafo do Município de Pires Ferreira, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme Decisão proferida no Recurso Especial Nº 105.232 (96/0056484-5/Ceará) e por meio eletrônico através do portal www.piresferreira.ce.gov.br.

Pires Ferreira, 19 de outubro de 2017.


MARIA MARFISA MARQUES AGUIAR
Prefeita Municipal



PLANO PLURIANUAL 2018-2021

MARIA MARFISIA MARQUES AGUIAR
PREFEITA MUNICIPAL

FRANCISCA FABIANA RODRIGUES DE SOUSA
VICE-PREFEITA

ETAPA I

- 1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA**
- 2. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS**
- 3. ECONOMIA E FINANÇAS**
- 4. DIAGNÓSTICO SOCIAL**
 - 4.1 Saúde**
 - 4.2 Educação**
 - 4.3 Índices de Desenvolvimento Social**
- 5 PRINCÍPIOS**
- 6 DIRETRIZES GERAIS**
 - 6.1 Diagnóstico Participativo "O olhar da comunidade"**
 - Propostas de ações das comunidades

ETAPA II

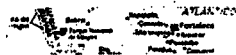
- 7 PROJEÇÃO DAS RECEITAS**
- 8. ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS - QUADROS DE DETALHAMENTO**
 - ANEXO I: Programas e Ações.**
 - ANEXO II: Programas e Ações por órgão, unidade orçamentária, função e sub função.**
 - ANEXO III: Relatório das Oficinas PPA Participativo.**

(Handwritten signature)

Sumário

1- CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	05
1.1 - ASPECTOS GERAIS	05
1.2 - POSIÇÃO E EXTENSÃO	05
1.3 - CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS	05
1.4 - DIMENSÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	05
2- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS	07
2.1 - DEMOGRAFIA	07
2.2 - DOMÍCIOS	08
2.3 - SAÚDE	08
2.4 - EDUCAÇÃO	10
2.5 - ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO	11
2.6 - EMPREGO E RENDA	11
2.7 - INDÚSTRIA	12
2.8 - COMÉRCIO	12
3- INFRAESTRUTURA	13
3.1 - SANEAMENTO	13
3.2 - ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO	13
4 - ECONOMIA E FINANÇAS	15
4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO	15
4.2 - FINANÇAS PÚBLICAS	15
5 - POLÍTICA	17
ANEXO	18

1 - CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA



1.1 - ASPECTOS GERAIS

Características

Município de Origem - Ipu
 Ano de Criação - 1987
 Lei de Criação - 11.325
 Toponímia - Homenagem ao Dr. Sampaio Pires Ferreira, Diretor-Chefe da estrada de ferro Sobral-Crateús
 Gentílico - Piresferreirense
 Código Município - 2310951

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

1.2 - POSIÇÃO E EXTENSÃO

Situação geográfica

Coordenadas geográficas		Localização	Municípios limítrofes			
Latitude(S)	Longitude(WGr)		Norte	Sul	Leste	Oeste
4º 14' 48"	40º 38' 43"	Noroeste	Vajota, Reritaba	Ipu	Ipu, Hidrolândia, Santa Quitéria, Vajota	Reritaba, Ipu

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Medidas territoriais

Área		Altitude (m)	Distância em linha reta a capital (km)
Absoluta (km²)	Relativa (%)		
241,19	0,16	200	249

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

1.3 - CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS

Aspectos climáticos

Clima	Pluviosidade (mm)	Temperatura média (°C)	Período chuvoso
Tropical Quente Semi-árido, Tropical Quente Semi-árido Brando, Tropical Quente Sub-úmido, Tropical Quente Úmido	889,6	26° a 28°	janeiro a abril

Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Componentes ambientais

Relevo	Solos	Vegetação	Bacia hidrográfica
Depressão Sertaneja, Planalto da Ibiapaba	Bruno não Cálcico, Latossolo Vermelho-Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo	Caatinga Abustiva Aberta, Floresta Caducifólia Espinhosa, Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial, Floresta Superarrefúlia Tropical Pluvio-Nebular	Acaraú

Fonte: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

1.4 - DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Divisão territorial

Códigos	Distritos	Ano de criação
231095105	Pires Ferreira	1987
231095110	Santo Isidro	-
231095115	Donato	1990
231095120	Otavilândia	1938

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Regionalização

Região administrativa	Região de planejamento	Mesorregião (IBGE)	Microrregião (IBGE)
6	Sertão de Sobral	Noroeste Cearense	Ipu

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).



2 - ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS



2.1 – DEMOGRAFIA

População residente – 1991/2000/2010

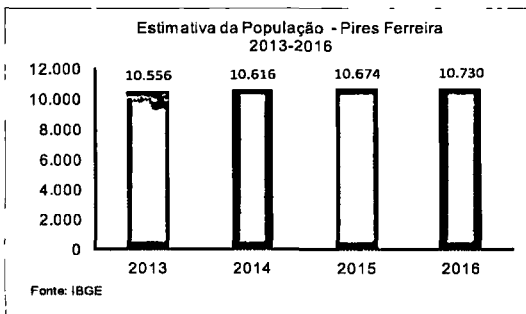
Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	9.472	100,00	8.643	100,00	10.216	100,00
Urbana	1.562	16,49	2.813	32,55	3.354	32,83
Rural	7.910	83,51	5.830	67,45	6.862	67,17
Homens	4.742	50,06	4.302	49,77	5.139	50,30
Mulheres	4.730	49,94	4.341	50,23	5.077	49,70

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

População recenseada, por sexo, segundo os grupos de idade - 2000/2010

Grupos de idade	População recenseada					
	Total		Homens		Mulheres	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Total	8.643	10.216	4.302	5.139	4.341	5.077
0 – 4 anos	962	786	482	371	480	415
5 – 9 anos	1.078	890	543	467	535	423
10 – 14 anos	1.044	1.162	507	611	537	551
15 – 19 anos	921	1.157	521	607	400	550
20 – 24 anos	807	780	302	393	305	387
25 – 29 anos	561	660	252	322	309	338
30 – 34 anos	518	622	265	319	253	303
35 – 39 anos	487	677	265	319	222	358
40 – 44 anos	406	604	210	319	196	285
45 – 49 anos	302	600	146	323	156	277
50 – 59 anos	602	823	275	404	327	419
60 – 69 anos	581	638	266	301	315	337
70 anos ou mais	574	817	268	383	306	434

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 2000/2010.



Handwritten signature or initials.

Indicadores demográficos – 1991/2000/2010

Discriminação	Indicadores demográficos		
	1991	2000	2010
Densidade demográfica (hab./km ²)	38,07	35,08	42,02
Taxa geométrica de crescimento anual (%) ⁽¹⁾			
Total	-1,61	-1,01	1,69
Urbana	0,50	6,75	1,77
Rural	-1,97	-3,33	1,64
Taxa de urbanização (%)	16,49	32,55	32,83
Razão de sexo	100,25	99,10	101,22
Participação nos grandes grupos populacionais (%)	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	41,62	35,68	27,78
15 a 64 anos	50,75	54,89	61,41
65 anos e mais	7,63	9,43	10,81
Razão de dependência ⁽²⁾	97,05	82,19	62,83

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

(1) Taxas nos períodos 1980/91 e 1991/00 para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

(2) Quociente entre "população dependente", isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 15 e 64 anos.

2.2 - DOMÍCILOS

Domicílios particulares ocupados por situação e média de moradores – 2010

Situação	Domicílios particulares ocupados		
	Quantidade	Média de moradores	
		Município	Estado
Total	2.789	3,66	3,56
Urbana	997	3,36	3,49
Rural	1.792	3,87	3,79

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

2.3 - SAÚDE

Unidades de saúde ligadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), por tipo de prestador - 2015

Tipo de Prestador	Unidades de saúde ligadas ao SUS	
	Quantidade	%
Total	5	100,00
Pública	5	100,00
Privada	-	-

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Profissionais de saúde, ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) – 2015

Discriminação	Profissionais de saúde ligados ao SUS	
	Município	Estado
Total	68	67.093
Médicos	5	12.239
Dentistas	3	2.888
Enfermeiros	7	7.809
Outros profissionais de saúde/nível superior	6	6.329
Agentes comunitários de saúde	28	15.467
Outros profissionais de saúde/nível médio	19	22.463

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Nota: Profissionais de saúde cadastrados em unidades de entidades públicas e privadas.

10/11

Crianças acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde - 2015

Discriminação	Crianças acompanhadas pelo Programa Agentes de Saúde (%)	
	Município	Estado
Até 4 meses ao mamando	62,50	68,69
De 0 a 11 meses com vacina em dia	100,00	94,71
De 0 a 11 meses subnutridas (1)	2,20	0,93
De 12 a 23 meses com vacina em dia	99,03	94,34
De 12 a 23 meses subnutridas (1)	0,00	1,61
Peso < 2,5 kg ao nascer	1,82	8,05

Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

(1) Crianças com peso inferior a P₁₀.

Casos confirmados das doenças de notificação compulsória - 2015

Discriminação	Casos confirmados das doenças de notificação compulsória	
	Município	Estado
AIDS	-	856
Dengue	270	55.588
Febre tifóide	-	-
Hanseníase	-	2.118
Hepatite viral	-	312
Leishmaniose tegumentar	1	598
Leishmaniose Visceral	-	524
Leptospirose	-	28
Meningite	-	249
Raiva	-	-
Tétano acidental	-	17
Tuberculose	6	4.240

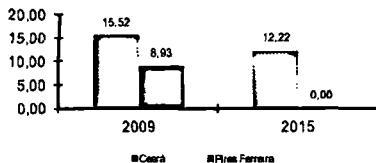
Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Principais Indicadores de Saúde - 2015

Discriminação	Principais Indicadores de Saúde	
	Município	Estado
Médicos/1.000 hab.	0,47	1,37
Dentistas/1.000 hab.	0,28	0,34
Laitos/1.000 hab.	-	2,18
Unidades de saúde/1.000 hab.	0,47	0,43
Taxa de internação por AVC (40 anos ou mais)/10.000 hab.	19,81	28,87
Nascidos vivos	99	129.578
Óbitos	-	1.584
Taxa de mortalidade infantil/1.000 nascidos vivos	-	12,22

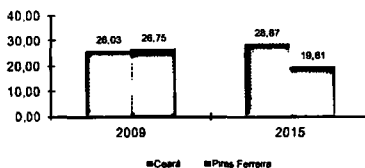
Fonte: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA).

Taxa de mortalidade infantil - 2009-2015
(por mil nascidos vivos)



Fonte: SESA

Taxa de internação por AVC - 2009-2015
(> 40 anos - por dez mil hab)



Fonte: SESA

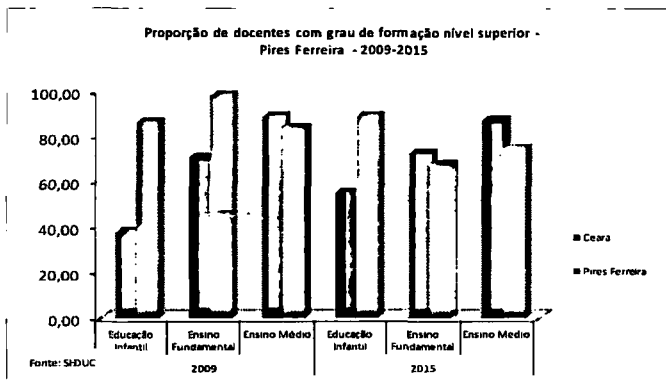
CSA

2.4 - Educação

Docentes e matrícula inicial - 2015

Dependência Administrativa	Docentes		Matrícula Inicial	
	Município	Estado	Município	Estado
Total	158	96.737	2.592	2.298.711
Federal	-	893	-	11.107
Estadual	34	19.680	421	432.014
Municipal	133	62.119	2.171	1.333.872
Particular	-	21.217	-	452.718

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).



Escolas com biblioteca e laboratório de informática - 2015

Discriminação	Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de escolas	-	-	2	-	17	-	-	-
Biblioteca	-	-	1	0,50	3	0,18	-	-
Laboratório de informática	-	-	1	0,50	2	0,12	-	-

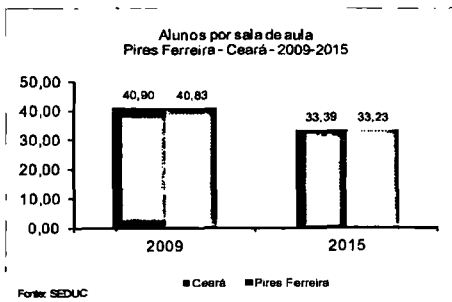
Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

Indicadores educacionais no ensino fundamental e médio - 2015

Discriminação	Indicadores educacionais			
	Ensino fundamental		Ensino médio	
	Município	Estado	Município	Estado
Taxas (%)				
Escolarização líquida	80,2	89,6	38,4	54,2
Aprovação	99,4	93,4	84,5	85,6
Reprovação	0,1	5,1	5,7	7,2
Abandono	0,5	1,5	9,8	7,3
Alunos por sala de aula	25,9	25,2	23,1	25,2

Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC).

CASA



2.5 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO

Índices de Desenvolvimento

Índices	Valor	Posição no ranking
Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) – 2012	11,68	184
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 2010	0,591	152
Índice de Desenvolvimento Social de Oferta (IDS-O) – 2009	0,372	104
Índice de Desenvolvimento Social de Resultado (IDS-R) – 2009	0,483	103

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

População extremamente pobre: (com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até R\$ 70,00) - 2010

Discriminação	População extremamente pobre			
	Município	%	Estado	%
Total	3.554	34,79	1.502.924	17,78
Urbana	1.125	33,54	726.270	11,44
Rural	2.428	35,40	776.654	36,88

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

2.6 – EMPREGO E RENDA

Número de empregos formais - 2015

Discriminação	Número de empregos formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das Atividades	589	208	381	1.542.759	860.698	682.061
Extrativa Mineral	-	-	-	3.357	3.050	307
Indústria de Transformação	-	-	-	247.716	154.047	93.669
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	9.609	8.019	1.590
Construção Civil	-	-	-	84.265	77.760	6.505
Comércio	12	6	6	273.851	160.887	112.964
Serviços	3	2	1	490.382	272.998	217.384
Administração Pública	574	200	374	406.057	159.726	246.331
Agropecuária	-	-	-	27.522	24.211	3.311

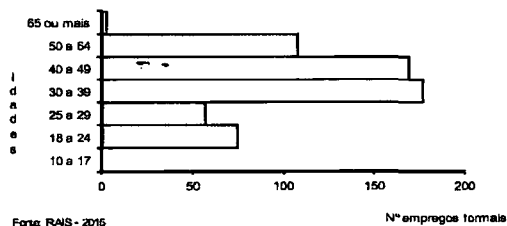
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – RAIS.

Handwritten signature/initials

Saldo de empregos formais - 2015

Discriminação	Saldo de empregos formais					
	Município			Estado		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Total das Atividades	7	4	3	461.644	497.486	-35.842
Extrativa Mineral	-	-	-	926	1.118	-192
Indústria de Transformação	-	-	-	79.199	96.713	-17.514
Serviços Industriais de Utilidade Pública	-	-	-	3.067	2.537	530
Construção Civil	5	4	1	72.627	84.503	-11.876
Comércio	2	-	2	109.087	112.916	-3.829
Serviços	-	-	-	179.911	183.794	-3.883
Administração Pública	-	-	-	1.440	1.051	389
Agropecuária	-	-	-	15.387	14.854	533

Fonte: Ministério do Trabalho (MTB) – CAGED.

Estoque de emprego formal por faixa etária
Pires Ferreira - 2015

2.7 – INDÚSTRIA

Empresas industriais ativas – 2015

Discriminação	Empresas industriais ativas			
	Município	%	Estado	%
Total	8	100,00	43.483	100,00
Extrativa mineral	-	-	388	0,89
Construção civil	-	-	2.978	6,85
Utilidade pública	-	-	323	0,74
Transformação	8	100,00	39.794	91,52

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

2.8 – COMÉRCIO

Estabelecimentos comerciais – 2015

Discriminação	Estabelecimentos comerciais			
	Município	%	Estado	%
Total	120	100,00	185.045	100,00
Atacadista	-	-	3.845	2,08
Varejista	120	100,00	180.740	97,67
Reparação (1)	-	-	460	0,25

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

(1) de veículos de objetos pessoais e de uso doméstico.

3 - INFRAESTRUTURA



3.1 - SANEAMENTO

Abastecimento de Água - 2015

Discriminação	Abastecimento de água		
	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	1.447	1.757.582	0,08
Ligações ativas	1.210	1.613.578	0,07
Volume produzido (m³)	210.863	368.392.488	0,05
Taxa de cobertura d'água urbana (%)	97,63	92,06	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

Esgotamento Sanitário - 2015

Discriminação	Esgotamento sanitário		
	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Ligações reais	-	593.711	-
Ligações ativas	-	544.028	-
Taxa de cobertura urbana de esgoto (%)	-	38,24	-

Fonte: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

Domicílios particulares permanentes segundo as formas de abastecimento de água - 2000/2010

Formas de abastecimentos	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	2.080	100,00	2.788	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Ligada a rede geral	722	34,71	1.613	57,85	1.068.746	60,80	1.826.543	77,22
Poço ou nascente	939	45,14	402	14,42	380.737	20,52	221.161	9,35
Outra	419	20,14	773	27,73	328.405	18,68	317.565	13,43

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos 2000/2010.

Domicílios particulares permanente segundo os tipos de esgotamento sanitário - 2000/2010

Tipos de esgotamentos sanitários	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total (1)	2.080	100,00	2.788	100,00	1.757.888	100,00	2.365.276	100,00
Rede geral ou pluvial	0	0,00	20	0,72	376.884	21,44	774.873	32,76
Fossa séptica	5	0,24	138	4,95	218.682	12,44	251.193	10,62
Outra	949	45,63	2.305	82,68	731.075	41,59	1.167.911	49,38
Não tinham banheiros	1.126	54,13	325	11,66	431.247	24,53	171.277	7,24

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos 2000/2010.

(1) Inclui os domicílios sem declaração de existência de banheiro ou sanitário.

3.2 - ENERGIA ELÉTRICA E COLETA DE LIXO

Consumo e consumidores de energia elétrica - 2015

Classes de consumo	Consumo (mwh)	Consumidores
Total	5.526	3.653
Residencial	1.580	1.584
Industrial	323	3
Comercial	294	140
Rural	2.341	1.792
Público	987	133
Próprio	1	1

Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE).

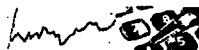
CEA

Domicílios particulares permanentes segundo energia elétrica e lixo coletado - 2000/2010

Discriminação	Município				Estado			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Total	2.080	100,00	2.788	100,00	1.757.888	100,00	2.365.278	100,00
Com energia elétrica	1.730	83,17	2.769	99,32	1.568.648	89,23	2.340.224	98,94
Com lixo coletado	322	15,48	970	34,79	1.081.790	61,54	1.781.993	75,34

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos 2000/2010

4 – ECONOMIA E FINANÇAS



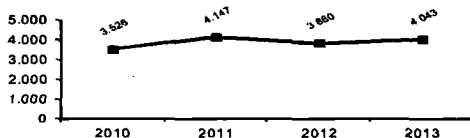
4.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

Produto Interno Bruto - 2013

Discriminação	Município	Estado
PIB a preços de mercado (R\$ mil)	42.681	108.796.325
PIB per capita (R\$ 1.00)	4.043	12.393
PIB por setor (%)		
Agropecuária	21,28	5,16
Indústria	3,30	20,46
Serviços	75,42	74,38

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Instituto de Pesquisas e Estratégia Econômica do Ceará.

Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1.00)
Pires Ferreira - 2010-2013



FORNECER O DADO

4.2 - FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Municipal - 2015

Discriminação	Receita Municipal	
	Valor corrente (R\$ mil)	% sobre a receita total
Receita Total	28.773	100,00
Receitas correntes	27.116	94,24
Receita tributária	405	1,49
Receita de contribuições	27	0,10
Receita patrimonial	201	0,74
Receita de serviços	-	-
Transferências correntes	26.269	96,87
Outras receitas correntes	215	0,79
Receitas de capital	1.657	5,76

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Despesa Municipal - 2015

Discriminação	Despesa Municipal	
	Valor corrente (R\$ mil)	% sobre a despesa total
Total	26.686	100,00
Dospesas correntes	21.503	80,58
Pessoal e encargos sociais	8.015	37,27
Juros e encargos da dívida	1	0,01
Outras despesas correntes	13.487	62,72
Despesas de capital	5.182	19,42
Investimentos	5.004	96,56
Inversões financeiras	65	1,24
Amortização da dívida	114	2,20

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Handwritten signature or mark.

Receita Estadual arrecadada - 2015

Discriminação	Receita Estadual arrecadada (R\$ 1,00)		
	Município	Estado	% sobre o Estado
Receita total	240.772	10.659.337.092	0,00
Receita tributaria	240.772	10.622.541.986	0,00
ICMS	40.745	9.859.113.152	0,00
Outros	200.026	763.428.833	0,03
Demais receitas	-	36.795.106	-

Fonte: Secretaria de Fazenda (SEFAZ).

Nota: Não foram considerados ajustes e anulações de receitas.

Receita da União arrecadada - 2015

Discriminação	Receita da União arrecadada (R\$ 1,00)		
	Município	Estado	% sobre o Estado
Receita total	275.193	11.828.717.683	0,00
Arrecadação IPI	-	413.427.461	-
Outros	275.193	11.415.290.222	0,00

Fonte: Secretaria Regional da Receita Federal.

Nota: Arrecadação bruta sem ratificações.

5 – POLÍTICA



Prefeitura

Endereço	Telefone / e-mail
Rua Maria Antusa Soares Passos, s/n C.E.P: 62.255-000	(88) 3651-1033 Fax (88) 3651-1080

Fonte: Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE).

Prefeita eleita - 2016

Nome	Partido
Maria Marfisa Marques Aguiar	PDT

Fonte: Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE).

Número de Eleitores – 2016

Discriminação	Município	Estado	% sobre o total do Estado
Total (1)	8.036	6.324.780	0,13
Homens	4.064	2.991.782	0,14
Mulheres	3.958	3.328.331	0,12

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE).

(1) Inclusive os eleitores sem informações do sexo.

1. PRINCÍPIOS

O Plano Plurianual de Pires Ferreira foi construído sobre princípios básicos que nortearam sua elaboração e deverão orientar a execução.

• **Visão de Longo Prazo**

Significa traçar alternativas e escolher caminhos para o próximos anos. A tentativa de antever o futuro não pode ser entendida como uma visão unidirecional e fixa do que deverá ser feita, ao longo do período de vigência do Plano Plurianual. Antes de tudo, o plano indica que não se deve perder a perspectiva do horizonte aonde se quer chegar. Para atingir os objetivos de médios e longo prazos, deve-se garantir a realização das metas de curto prazo. Daí a importância de harmonia e integração entre o Plano Plurianual, instrumento de médio e longo prazo e Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentaria Anual, instrumentos de curto prazo.

• **Coordenação e Visão Sistêmica**

O PPA reforça a necessidade de coordenação geral da ações de governo para que sejam atingidas elevados níveis de decência e eficácia na alocação do recursos públicos em relação às demandas da sociedade.

A visão sistêmica permite remover distorções locais e setoriais, melhora a capacidade de tomar decisões e potencializa a promoção da intersetorialidade da administração.

• **Participação, Parcerias e Sinergias**

Na implementação do PPA, as ações e os programas devem ser vistos como de responsabilidade de todas as unidades setoriais, tanto finalísticas como de apoio , criando-se sinergias que fortalecem a execução e magnifiquem os resultados.

Muitas ações prevista no PPA serão mais fáceis e completamente realizadas se forem buscadas e estabelecidas parcerias entre a Prefeitura , outra instancias publicas, empresas privadas, organização não governamentais, órgãos de classe e entidade representativas da sociedade.

O futuro almejado para Pires Ferreira e consubstanciado no Plano Plurianual só será plenamente alcançado se ocorrer um grande esforço de harmonia , de integração e de participação dos inúmeros participantes do processo de desenvolvimento do município.

• **Transparência e Comunicação com a Sociedade**

A sociedade Brasileira tem dado mostras muito claras de que exige a correta aplicação dos recursos públicos, de acordo com as necessidades e direitos dos cidadãos. Os administradores públicos tem como obrigação básica, conferir transparência á gestão dos recursos arrecadados e informar a sociedade a forma e onde a receita esta sendo alocada.

CSA

- **Sustentabilidade**

Os frutos do desenvolvimento só serão permanentes se for conferida sustentabilidade ao processo de crescimento, de tal modo que a sociedade possa auferir resultados ao longo do tempo.

Em primeiro lugar cabe busca a sustentabilidade social, objetivando-se assegurar as pessoas o exercício integral da cidadania, ensejando a inclusão social dos mais pobres e a afluência da juventude, em especial pela educação de qualidade com acesso universal e democrático.

A sustentabilidade econômica será garantida pelo crescimento da economia por meio de atração de investimentos que gerem riquezas e criem postos de trabalho. A construção de uma infraestrutura que atraia novas empresas e lhes confira competitividade é a diretriz maior do eixo da sustentabilidade econômica.

A preservação e a recuperação dos recursos naturais, em especial os recursos hídricos e todo o ecossistema do litoral, devem ser Pires Ferreira do Planejamento de médios e longos prazos.

Por fim, mas não menos importante, a sustentabilidade política que está relacionada com a participação da Sociedade na formação das políticas públicas e na implementação de programas considerados prioritários. A prefeitura deve assumir o papel de facilitadora do processo de participação da sociedade, fortalecendo os instrumentos de comunicação e de integração entre todos os atores.

2. DIRETRIZES GERAIS

As diretrizes gerais para formulação do PPA – Plano Plurianual de Pires Ferreira, apresentam um conjunto de proposta para o desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade e melhoria de qualidade de vida da população do município. Com o Plano é plenamente possível delinear a situação futura desejada para a concretização do desenvolvimento econômico sustentável com justiça social. É uma ferramenta gerencial para fundamentar as tomadas de decisões referentes ao futuro, concebida com a visão não só de curto médio, mas principalmente de longo prazo.

MACRO – OBJETIVOS

Os macros objetivos articulados aos programas norteiam a estrutura do PPA 2018 – 2021 estão diretamente relacionados á orientação estratégicas conforme a seguir especificadas.

Macros Objetivos

1. Assegurar o direito á saúde como ação integral
2. Assegurar o nível de investimento em educação, vislumbrando resultados positivos nos médio e longo prazo.
3. Desenvolver políticas públicas para os segmentos sociais vulneráveis.
4. Ampliar e melhorar a infraestrutura do município
5. Implementar processos de modernização administrativa racionalização.
6. Ampliar base econômica a partir do maior desenvolvimento do turismo, pesca, agricultura e incentivos a instalação de novas empresas.

7. Melhorar as condições de trabalho do Poder Legislativo para atingir melhor eficácia nos exercícios de suas funções.

3. ESTRATÉGIAS

Gestão ambiental e recursos naturais

- Preservar a cobertura vegetal e os recursos hídricos
- Evitar a urbanização em áreas sensíveis
- Reduzir e prevenir a degradação ambiental, a poluição do ar, da terra e da água:
- Proteger terras agricultáveis.
- Prover educação ambiental para a população;
- Intensificar ações de saneamento básico, voltadas para o abastecimento d'água, o esgotamento sanitário e o tratamento e destino final de resíduos sólidos;
- Investir na recuperação de áreas degradadas;
- Proteger o patrimônio histórico e cultural nas áreas urbanas e no meio rural.

Vitalidade Econômica

- *Criar uma economia diversificada que priorize as oportunidades de trabalho;*
- Implantar infraestrutura de suporte às atividades econômicas;
- Dar suporte às atividades relacionadas ao Turismo que apresentam, no curto e médio prazo, condições de dar melhor resposta em termo de emprego e de cultura local.

Vitalidade dos Estabelecimentos Humanos

- Evitar a dispersão urbana, assegurando a compactação das áreas com seus limites de urbanização;
- Garantir a absorção da maioria da população prevista em seu futuro crescimento;
- Preservar o caráter e a identidade das áreas rurais.
- Assegurar suprimentos suficientes de terra infraestrutura e recursos para assentamentos planejados para o futuro.

Qualidade de vida

- Suprir a população carente de habitação adequada, acessível e apropriada;
- Priorizar o acesso dos residentes aos serviços comunitários, ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Deverão ser evitadas a qualquer custo:

- A expansão de áreas urbanas, industriais ou de prestação de serviços em zonas rurais agricultáveis e ecossistemas sensíveis;
- A subutilização das infraestruturas e serviços existentes e futuras extensões desses serviços de maneira ineficiente;
- Incremento do sentimento de insegurança e perda de identidade das comunidades.

Diagnostico Participativo "O olhar da Comunidade "

CMA

A lei de responsabilidade Fiscal reza que a transparência pública também é assegurada através do incentivo á participação popular e a realização de audiências públicas, no interim e discussão dos planos orçamentários, como o Plano Plurianual.

Nesse sentido e com o propósito de definir o melhor caminho para o desenvolvimento do município de Pires Ferreira, foi realizada uma audiência pública na sede, mais precisamente na Câmara Municipal.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, positioned centrally on the page.

7. PROJEÇÃO DE RECEITAS

A seguir será apresentada à metodologia de projeção das receitas para o período de 2018-2021. Essa metodologia segue orientação do Tesouro Nacional para as projeções de receitas dos Municípios. Destacam-se a seguir as principais categorias de receitas municipais. Primeiramente será tratado das receitas correntes e em seguida das receitas de capital.

Para os anos de 2018, 2019, 2020 as receitas já foram previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018. Portanto, seguindo nessa linha apenas será realizada a metodologia de cálculo para o Exercício de 2021, e os demais anos conforme estabelecido naquela Lei.

7.1 RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes são arrecadadas dentro do Exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

7.1.1. RECEITA DE TRIBUTOS ARRECADADOS DIRETAMENTE ARRECADADOS E TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

Foram projetados de acordo com a série histórica do município, os fatores econômicos que afetam a base de arrecadação e levou em conta mudanças previstas na legislação específica, a projeção da arrecadação tributária foi obtido pelo desenvolvimento de programas de modernização da administração tributária.

$$R2021 = (R2020 \times (1 + 1 \text{ inflação}) \times (1 + 1 \text{ cre}) \times (1 + 1 \text{ leg}) \times (1 + \text{mt}))$$

R2021	RECEITA DO ANO BASE DE 2021
R2020	RECEITA DO ANO BASE DE 2020
1 inflação	MÉDIA DA INFLAÇÃO DO ANO BASE E NO ANO PROJETADO
1 cre	MEDIDA DE CRESCIMENTO DO PIB
1 leg	VARIAÇÃO ESPERADA DA RECEITA EM FUNÇÃO DE MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO (ALÍQUOTAS, DEFINIÇÃO DA BASE TRIBUTÁRIA, INCLUSÃO DE NOVOS SERVIÇOS E ETC)
1 mt	VARIAÇÃO ESPERADA NA RECEITA DECORRENTE DE OUTROS COMPONENTES DE PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Para as transferências intergovernamentais, as variáveis "leg" e "mt" foram desconsideradas, haja vista que são somente aplicáveis as receitas tributárias.

ESPECIFICAÇÃO	2020	/	2021
Inflação	4,50%		4,47%
Cre	2,50%		2,50%
Leg	0,00%		0,00%

Mt	0,50%	0,50%
----	-------	-------

7.1.2 TRANSFERENCIAS CORRENTES DE CONVENIOS

As transferências correntes de convênios são do tipo voluntárias, ou seja, depende da vontade do Ente transferidor. Portanto não há como realizar previsões, diretamente em função das variações econômicas como a inflação e o crescimento do Produto Interno Bruto(PIB).

Para projetar essas receitas foi visualizado o saldo de convênios em andamentos e os prováveis convênios a serem firmados pela Municipalidade com os órgãos das esferas Estaduais e Federais.

7.2 RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital são oriundas da realização de recursos financeiros resultantes de composição de dívidas, em espécie, de bens ou direitos(Operações de Créditos, Alienação de Bens ou Amortização de Empréstimos) ou de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado para custear, necessariamente, despesas de capital, as quais implicam no acréscimo do ativo imobilizado do Ente(Transferencia de Capital)

7.2.1 ALIENAÇÃO DE BENS E AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS

A Administração de Pires Ferreira não concedeu e nem prevê a concessão de nenhum empréstimo, portanto não terá receita de amortização de empréstimos.

Quanto a alienação de bens serão realizados estudos verificando a eficiência do patrimônio atual e vendo a capacidade de efetuar leilões dos bens que não mais servem as necessidades da Municipalidade.

7.2.2 OPERAÇÃO DE CREDITO

O Município não possui nenhuma pretensão de solicitar Operações de Crédito junto aos órgãos competentes.

7.2.3 – TRANSFERENCIA DE CAPITAL

De forma análoga as transferências correntes de convênios, no que concerne a memória de cálculo, as transferências de capital são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado para custear, necessariamente, despesas de capital, as quais implicam no acréscimo do ativo imobilizado do Ente.

Para projetar essas receitas foi visualizado o saldo de convênios em andamentos e os prováveis convênios a serem firmados pela Municipalidade com os órgãos das esferas Estaduais e Federais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES FERREIRA

PREVISAO DE RECEITAS 2018-2021

ESPECIFICACAO	2015		2018		2017		2018		2019		2020		2021	
	realizada	realizada	orçoda	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão	previsão
RECEITA CORRENTE	27.116.479,59	28.065.531,83	30.633.000,00	32.975.640,00	32.975.640,00	36.108.325,80	39.719.168,38	44.008.227,50						
RECEITA TRIBUTARIA	405.100,49	442.400,92	480.000,00	498.800,00	498.800,00	543.956,00	596.395,60	658.235,16						
RECEITA DE CONTRIBUICOES	28.793,65	4.154,72	200.000,00	216.000,00	216.000,00	236.520,00	280.172,00	280.995,00						
RECEITA PATRIMONIAL	201.194,35	147.707,88	184.000,00	198.720,00	198.720,00	217.898,40	239.568,24	259.506,89						
Aplicação Financeiras	178.989,43	134.797,52	158.000,00	170.640,00	170.640,00	188.850,80	205.535,88	221.978,75						
Outras Receitas Patrimoniais	24.854,92	12.940,36	26.000,00	28.080,00	28.080,00	30.747,60	33.822,36	36.528,14						
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40						
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
TRANSFERENCIAS CORRENTES	28.288.822,89	28.897.890,56	29.414.000,00	31.787.720,00	31.787.720,00	34.784.896,40	38.283.498,04	41.324.575,72						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	218.788,44	473.987,73	278.000,00	297.000,00	297.000,00	325.275,00	357.738,50	385.934,29						
RECEITAS DE CAPITAL	1.658.945,39	1.908.895,38	1.390.000,00	1.501.200,00	1.501.200,00	1.644.814,00	1.808.195,40	2.003.480,52						
OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
ALEMCAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	1.658.945,00	1.908.895,38	1.390.000,00	1.501.200,00	1.501.200,00	1.643.814,00	1.808.195,40	2.003.480,52						
RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA TRIBUTARIA INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA DE CONTRIBUICOES INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA AGROPECUARIA INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
RECEITA DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
OPERACOES DE CREDITO INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
ALEMCAO DE BENS INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO INTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTARIA	3.182.707,18	3.121.955,44	3.398.000,00	3.669.840,00	3.669.840,00	4.018.474,80	4.420.322,28	4.897.717,08						
DEJUICIOS DAS RECEITAS CORRENTES	3.182.707,18	3.121.955,44	3.398.000,00	3.669.840,00	3.669.840,00	4.018.474,80	4.420.322,28	4.897.717,08						
DEJUICIOS DA RECEITA DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	25.590.719,00	26.890.761,77	28.525.000,00	30.807.000,00	30.807.000,00	33.733.865,00	37.107.031,50	41.373.097,83						
TOTAL														

Handwritten signature or initials.

Cód	Nome
0000	Operacoes Especiais
0001	Processo Legislativo
0002	Administração e Gestão Superior
0003	Administração Geral na Gestão Pública Municipal
0004	Gestão da Política de Amortização da Dívida Municipal
0006	Padrões mínimos de Func. das Escolas do Ensino Fundamental
0007	Programa de Transporte Escolar
0008	Fortalecimento da Educação Infantil
0009	Educação de jovens e Adultos
0010	Fortalecer o Programa de alimentação escolar
0011	Desenvolvimento da educação
0012	Gestão da política de assistência social
0014	Proteção Social Básica
0015	Atenção à pessoa idosa
0016	Apoio e proteção à criança e ao adolescente
0017	Políticas Setoriais
0018	Fortalecimento e Expansão da atenção básica em saúde.
0019	Assistência farmacêutica
0021	Atendimento ambulatorial e hospitalar
0022	Vigilância em saúde
0023	Desenvolvimento a Saúde
0024	Gestão eficiente dos serviços urbanos
0025	Esporte e Saúde
0026	Desenvolvimento de Infraestrutura Rural
0027	Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana
0029	Difusão Cultural
0030	Desenvolvimento da agricultura
0032	Impl. Infra-Estrut. Energia Elétrica Urbana e Rural
0034	Melhoria e Manutenção das Estradas Vicinais
0035	Gestão da Política do Turismo
0039	Ensino Médio e Superior
0040	Geração de Emprego e Renda
0041	Outros Programas
0049	Manutencao das Atividades da Biblioteca
0051	Manutencao das Ações da Banda de Musica Municipal

Total de programas : 035

- Ação..... 0001 - FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
Descrição: FUNCIONAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
- Ação..... 0002 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DA PREFEITA
Descrição: PROMOCAO DAS ACOES NECESSARIAS AO REGULAR FUNCIONAMENTO DA DIRECAO, SUPERVISAO, COORDENACAO E ASSESSORAMENTO TECNICO E JURIDICO A NIVEL DE GABINETE E CHEFIAS DO PODER EXECUTIVO.
- Ação..... 0003 - DIVULGACAO DAS ACOES DO MUNICIPIO EM JORNAIS, TELEVISAO, SITE, ETC
Descrição: DIVULGACAO DAS ACOES DO MUNICIPIO EM MIDIAS ESCRITAS, FALADAS E ELETRONICAS.
- Ação..... 0004 - CONVENIOS COM ENTIDADES PUBLICAS OU PRIVADAS COM O INTUITO DE OBTER COOPERACAO T
Descrição: CONVENIOS COM ENTIDADES PUBLICAS OU PRIVADAS COM O INTUITO DE OBTER COOPERACAO TECNICA.
- Ação..... 0005 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTAO DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
Descrição: ASSEGURAR A EXECUCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS, BEM COMO A IMPLANTACAO DE POLITICA BUROCRATICA DA PREFEITURA MUNICIPAL NAS AREAS DE PESSOAL, MATERIAL, ARQUEVI GERAL, ARRECADACAO E OUTROS.
- Ação..... 0006 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO - FME
Descrição: FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO BOM ANDAMENTO DOS SERVICOS DE EDUCACAO PROPORCINADOS AO MUNICIPES.
- Ação..... 0007 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTAO DA SECRETARIA DE SAUDE/FMS
Descrição: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAUDE.
- Ação..... 0008 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE GESTAO DA SETAS
Descrição: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL.
- Ação..... 0009 - FUNCIONAMENTO DE GESTAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Descrição: ASSEGURAR A EXECUCAO DA META DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
- Ação..... 0010 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA GESTAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEI
Descrição: ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.
- Ação..... 0011 - FUNCIONAMENTO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Descrição: ASSEGURAR A ASSESSORIA JURIDICA DO MUNICIPIO.
- Ação..... 0012 - MANUTENCAO DA ATIVIDADE DE GESTAO DA SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO
Descrição: ASSEGURAR RECURSOS PARA A MANUTENCAO DAS ATIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICIPIO.
- Ação..... 0014 - FUNCIONAMENTO DA REDE PUBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
Descrição: GARANTIR PADRES MINIMOS ESTABELECIDOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOALS DA REDE PUBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL.
- Ação..... 0015 - RENUNERACAO E VALORIZACAO DO MAGISTERIO DO ENSINO FUNDAMENTAL 60%
Descrição: ASSEGURAR RECURSOS PARA AS ACOES DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO, CUMPRINDO AS DISPOSITCOES CONTIDAS NO FUNDEB
- Ação..... 0016 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL 40%

- Descrição: ASSEGURAR OS RECURSOS PARA A MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO FUNDEB.
- Ação..... 0017 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DA REDE FISICA DO ENSINO FUNDAMENTAL
Descrição: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDICÕES DE ACESSO, PERMANECIA E EXITO DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL.
- Ação..... 0018 - CONSTRUCAO DE QUADRAS ESPORTIVAS ANEXAS A UNIDADES ESCOLARES
Descrição: GARANTIR OS PADRES MÍNIMOS ESTABELECIDOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DDA REDE PUBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL.
- Ação..... 0019 - CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS FUNDEB 40%
Descrição: DOTAR O MUNICIPIO DE ESPACO FISICO ADEQUADO PARA EDUCACAO E MELHORIA DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL.
- Ação..... 0020 - PARTICIPACAO NO CONSORCIO MUNICIPAL PARA A DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS
Descrição: ASSEGURAR RECURSOS PARA A PARTICIPACAO DO MUNICIPIO NO CONSORCIO MUNICIPAL PARA A DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS DA MICROREGIAO DE SOBRAL.
- Ação..... 0021 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS
Descrição: PROMOVER ACOES NECESSARIAS A REALIZAR A COMPRA DE VEICULOS E ALUGUEL DE VEICULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEJAM OS RECURSOS PARA O PROGRAMA ORIUNDOS DE OUTRAS ESFERAS DO GOVERNO OU DE RECURSOS PROPRIOS DO TESOIRO MUNICIPAL.
- Ação..... 0022 - MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR/PNAEF
Descrição: ASSEGURAR AO ALUNO DA REDE ESCOLAR DE ENSINO A DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR.
- Ação..... 0023 - ALIMENTACAO ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL
Descrição: ASSEGURAR AO ALUNO DA REDE DE ENSINO INFANTIL A DISTRIBUICAO DA MERENDA ESCOLAR.
- Ação..... 0024 - ALIMENTACAO ESCOLAR DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
Descrição: ASSEGURAR RECURSOS PARA A ALIMENTACAO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS(EJA).
- Ação..... 0025 - FUNCIONAMENTO DA REDE PUBLICA DE ENSINO INFANTIL
Descrição: ASSEGURAR RECURSOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO INFANTIL.
- Ação..... 0026 - MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL 40%
Descrição: GARANTIR RECURSOS AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL.
- Ação..... 0027 - REMUNERACAO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO ENSINO INFANTIL 60%
Descrição: COMPREENDER AS ACOES DE MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL 60%.
- Ação..... 0028 - CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA DA REDE FISICA DA EDUCACAO INFANTIL 40%
Descrição: INICIAR O PROCESSO PEDAGOGICO DE CRIANCAS DE 0 A 05 ANOS, ATRAVES DA PARTICIPACAO EM ATIVIDADES QUE PROMOVAM SEU DESENVOLVIMENTO SOCIAL, INTELECTUAL E FISICO.
- Ação..... 0029 - MANUTENCAO DO PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS(PEJA)
Descrição: GARANTIR E FORTALECER A OPORTUNIDADE AOS JOVENS, ADULTOS, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIENCIA, APENADOS E JOVENS EM CONFLITO COM A LEI, FORA DA FAIXA ETARIA DE ESCOLARIDADE REGULAR A CONCLUSAO E CONTINUIDADE DE ESTUDOS.
- Ação..... 0030 - MANUTENCAO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS 40%
Descrição: ASSEGURAR A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS QUE NAO TIVERAM ACESSO AO ENSINO FUNDAMENTAL OU NAO CONCLUIRAM NA IDADE PROPRIA.